

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	38
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	39
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	40
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	175.000.000
Preferenciais	0
Total	175.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	2.813.507	2.726.828
1.01	Ativo Circulante	202.617	158.871
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	86.168	40.900
1.01.03	Contas a Receber	106.722	103.627
1.01.03.01	Clientes	106.722	103.627
1.01.03.01.01	Contas a receber	6.868	6.673
1.01.03.01.02	Partes relacionadas	99.854	96.954
1.01.06	Tributos a Recuperar	323	2.913
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	323	2.913
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	323	2.913
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.838	5.573
1.01.07.01	Despesas antecipadas	3.838	5.573
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.566	5.858
1.01.08.03	Outros	5.566	5.858
1.01.08.03.01	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	4.727	4.727
1.01.08.03.02	Outros créditos	839	1.131
1.02	Ativo Não Circulante	2.610.890	2.567.957
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	667.564	639.298
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	663.036	634.824
1.02.01.07.01	Despesa antecipada outorga fixa	602.766	573.373
1.02.01.07.02	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	60.270	61.451
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	137	138
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	137	138
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.391	4.336
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	3.024	2.943
1.02.01.09.05	Outros créditos	1.367	1.393
1.02.03	Imobilizado	127.036	128.479
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	92.153	71.955
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	34.883	56.524
1.02.04	Intangível	1.816.290	1.800.180
1.02.04.01	Intangíveis	1.816.290	1.800.180
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.816.290	1.800.180

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	2.813.507	2.726.828
2.01	Passivo Circulante	351.285	381.602
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	16.257	13.810
2.01.01.01	Obrigações Sociais	16.257	13.810
2.01.01.01.01	Obrigações sociais e trabalhistas	16.257	13.810
2.01.02	Fornecedores	36.560	24.337
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	36.560	24.337
2.01.03	Obrigações Fiscais	94.399	152.171
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	86.111	143.908
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	42.225	100.394
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições parcelados	37.078	36.650
2.01.03.01.03	Impostos e contribuições federais retidos	1.348	1.543
2.01.03.01.04	Pis e Cofins a recolher	5.460	5.321
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	127	173
2.01.03.02.01	Outros impostos a recolher	127	173
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	8.161	8.090
2.01.03.03.02	ISS a recolher	8.161	8.090
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	185.137	169.052
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	46.348	46.571
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	46.348	46.571
2.01.04.02	Debêntures	138.789	122.481
2.01.05	Outras Obrigações	13.802	14.789
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.564	5.509
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	5.564	5.509
2.01.05.02	Outros	8.238	9.280
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	4.482	4.349
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	3.756	4.931
2.01.06	Provisões	5.130	7.443
2.01.06.02	Outras Provisões	5.130	7.443
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	5.130	7.443
2.02	Passivo Não Circulante	1.712.622	1.740.860
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.233.198	1.265.814
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	131.851	143.227
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	131.851	143.227
2.02.01.02	Debêntures	1.101.347	1.122.587
2.02.02	Outras Obrigações	377.218	381.475
2.02.02.02	Outros	377.218	381.475
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições parcelados	360.876	364.820
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	16.342	16.655
2.02.03	Tributos Diferidos	94.903	91.726
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	94.903	91.726
2.02.04	Provisões	7.303	1.845
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.303	1.845
2.02.04.01.05	Provisão para contingências	4.763	1.242
2.02.04.01.06	Provisão de manutenção	2.540	603
2.03	Patrimônio Líquido	749.600	604.366

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.03.01	Capital Social Realizado	246.750	246.750
2.03.04	Reservas de Lucros	357.616	357.616
2.03.04.01	Reserva Legal	49.350	49.350
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	308.266	308.266
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	145.234	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	423.608	372.688
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-149.431	-117.072
3.02.01	Custo de construção	-31.926	-8.626
3.02.02	Provisão de manutenção	-2.112	-2.704
3.02.03	Depreciação e amortização	-22.074	-19.903
3.02.04	Custo da outorga	-48.535	-46.579
3.02.05	Serviços	-20.264	-14.827
3.02.06	Custo com pessoal	-14.156	-13.569
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-3.434	-4.006
3.02.08	Outros	-6.930	-6.858
3.03	Resultado Bruto	274.177	255.616
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-23.321	-20.053
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-23.477	-18.989
3.04.02.01	Serviços	-11.604	-11.301
3.04.02.02	Despesas com Pessoal	-4.466	-3.776
3.04.02.03	Materiais, Equipamentos e Veículos	-957	-301
3.04.02.04	Depreciação e Amortização	-656	-679
3.04.02.05	Outros	-5.794	-2.932
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	470	39
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-314	-1.103
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	250.856	235.563
3.06	Resultado Financeiro	-30.272	-43.211
3.06.01	Receitas Financeiras	1.417	5.017
3.06.02	Despesas Financeiras	-31.689	-48.228
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	220.584	192.352
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-75.350	-65.709
3.08.01	Corrente	-72.173	-60.597
3.08.02	Diferido	-3.177	-5.112
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	145.234	126.643
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	145.234	126.643
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,82991	0,72367
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,82991	0,72367

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	145.234	126.643
4.03	Resultado Abrangente do Período	145.234	126.643

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	124.752	160.241
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	207.550	205.607
6.01.01.01	Lucro líquido do período	145.234	126.643
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.177	5.112
6.01.01.03	Apropriação de despesa antecipadas	0	1.182
6.01.01.04	Depreciação e amortização	22.730	20.582
6.01.01.05	Baixa do ativo imobilizado	315	1.082
6.01.01.06	Baixa do ativo intangível	0	20
6.01.01.07	Juros e var.monet.s/debêntures, emprést.e financ.	28.456	38.733
6.01.01.08	Juros sobre impostos parcelados	5.040	8.542
6.01.01.11	Provisão devedores duvidosos	-2	107
6.01.01.12	Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscal	3.521	613
6.01.01.13	Constituição (reversão) da provisão de manutenção	2.112	2.704
6.01.01.14	Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	182	2.093
6.01.01.15	Capitalização de custos dos empréstimos	-3.215	-1.806
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-82.798	-45.366
6.01.02.01	Contas a receber	-193	-1.166
6.01.02.02	Partes relacionadas	-2.899	9.443
6.01.02.03	Impostos a recuperar	2.590	2.459
6.01.02.04	Despesas antecipadas	1.761	0
6.01.02.05	Despesas antecipadas outorga fixa	-28.212	-27.828
6.01.02.06	Outras contas a receber	211	-4
6.01.02.07	Fornecedores	12.223	-1.880
6.01.02.08	Partes relacionadas	55	585
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	2.447	3.347
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão para imposto	69.272	55.700
6.01.02.12	Obrigações com o poder concedente	133	-591
6.01.02.13	Realização da provisão de manutenção	-2.670	-32.576
6.01.02.14	Pagamentos de IRPJ e CSLL do período	-136.028	-52.561
6.01.02.15	Outras contas a pagar	-1.488	-294
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-34.497	-18.534
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-2.407	-10.837
6.02.02	Aquisição de ativo intangível	-32.090	-7.697
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-44.987	-142.608
6.03.02	Emprést.,financ. e debêntures - pagamentos de principal	-36.526	-80.194
6.03.03	Emprést.,financ. e debêntures - pagamentos de juros	-8.461	-21.755
6.03.04	Resgates/Aplicações conta reserva	0	-40.659
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	45.268	-901
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	40.900	129.980
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	86.168	129.079

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	357.616	0	0	604.366
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	357.616	0	0	604.366
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	145.234	0	145.234
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	145.234	0	145.234
5.07	Saldos Finais	246.750	0	357.616	145.234	0	749.600

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	203.251	0	0	450.001
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	203.251	0	0	450.001
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	126.643	0	126.643
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	126.643	0	126.643
5.07	Saldos Finais	246.750	0	203.251	126.643	0	576.644

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	456.101	402.664
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	450.527	397.185
7.01.02	Outras Receitas	5.574	5.479
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-82.011	-51.841
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-21.591	-25.126
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-26.382	-15.385
7.02.04	Outros	-34.038	-11.330
7.02.04.01	Custo de construção	-31.926	-8.626
7.02.04.02	Provisão de manutenção	-2.112	-2.704
7.03	Valor Adicionado Bruto	374.090	350.823
7.04	Retenções	-22.730	-20.582
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-22.730	-20.582
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	351.360	330.241
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.417	5.017
7.06.02	Receitas Financeiras	1.417	5.017
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	352.777	335.258
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	352.777	335.258
7.08.01	Pessoal	16.460	15.198
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.492	10.491
7.08.01.02	Benefícios	4.010	3.775
7.08.01.03	F.G.T.S.	661	621
7.08.01.04	Outros	297	311
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	110.557	98.116
7.08.02.01	Federais	89.075	78.341
7.08.02.02	Estaduais	164	185
7.08.02.03	Municipais	21.318	19.590
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	80.526	95.301
7.08.03.01	Juros	31.425	48.203
7.08.03.02	Aluguéis	566	519
7.08.03.03	Outras	48.535	46.579
7.08.03.03.01	Direito de Outorga	48.535	46.579
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	145.234	126.643
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	145.234	126.643

1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL DA AUTOBAN

Janeiro a Março/2013

As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com a Legislação Societária e as comparações são referentes ao 1T13.

1.1 - Principais destaques

- A receita líquida operacional alcançou R\$ 391,7 milhões (+7,6%);
- O EBIT ajustado atingiu R\$ 254,1 milhões (+6,1%) e a margem EBIT ajustado 64,9% (-0,9 p.p);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 276,9 milhões (+6,5%) e a margem EBITDA ajustado 70,7% (-0,7 p.p);
- O lucro líquido atingiu R\$ 145,2 milhões (+14,7%);

Indicadores (R\$ MM)	1ºT13	1ºT12	Var.%
Receita líquida operacional*	391,7	364,0	7,6%
EBIT (ajustado)	254,1	239,4	6,1%
<i>Margem EBIT</i>	64,9%	65,8%	-0,9%
EBITDA (ajustado)	276,9	260,0	6,5%
<i>Margem EBITDA</i>	70,7%	71,4%	-0,7%
Lucro líquido	145,2	126,6	14,7%

*Receita líquida operacional é a soma da receita de pedágio com a receita acessória deduzindo os tributos.

1.2 - Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior (Veq1)

Em unid.	1ºT13	1ºT12	Var.%
Veículos equivalentes	62.598.012	60.384.614	3,7%
Veículos leves (Eq)	29.418.209	28.444.557	3,4%
Veículos pesados (Eq)	33.179.803	31.940.057	3,9%

1 - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

Comentário do Desempenho

Tráfego consolidado (+3,7%)

Nosso tráfego consolidado apresentou um crescimento de 3,7% sobre o mesmo período de 2012.

Veículos de passeio (+3,4%)

A categoria apresentou crescimento no 1º trimestre em 2013 de 3,4% sobre o mesmo período de 2012.

Quanto aos feriados ocorridos durante o 1º trimestre: aniversário de São Paulo, carnaval e semana santa, esses não apresentaram boa performance de tráfego quando comparados ao mesmo ocorrido no ano anterior.

O valor médio dos combustíveis apresentou alta, em média, de 2,2% sobre o valor praticado em 2012.

A venda de veículos novos, segue favorecida pela redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) mantida pelo Governo para ajudar um dos setores mais afetados pela crise internacional, no acumulado do trimestre apresentou crescimento de 5,5% em 2013 ante 2012.

O rendimento médio e a população economicamente ativa em São Paulo, apesar de manter crescente sobre o ano anterior, ainda apresenta sinais de possível desaceleração.

A atividade da indústria paulista registrou queda de 1,5% no acumulado de 2013, enquanto o NUCI (nível de utilização da capacidade instalada) ficou estável em 82,6% no início do ano.

A inadimplência do consumidor sinaliza uma normalização ao longo deste ano, após as altas registradas entre 2011 e 2012. Este fator inibe as atividades de comércio e serviços, conseqüentemente incidem sobre a categoria.

Veículos comerciais (3,9%)

A categoria apresentou crescimento de 3,9% no 1T13 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

A categoria apresentou bom crescimento no trimestre motivada pelo pequeno aquecimento na indústria ligada ao setor de autopeças em janeiro e no escoamento da soja vinda dos estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo com destino ao porto de Santos.

São mantidos os efeitos de redução nas movimentações de algumas cargas pelo Porto de Santos (adubo, enxofre, café, óleo diesel e contêiner) e Aeroporto de Viracopos, além de queda na movimentação de materiais de construção civil.

Alguns fatores econômicos ainda agem de modo negativo para a categoria, como: Índice de Inadimplência das Empresas e Consumo de Energia na Indústria.

Comentário do Desempenho

1.3 - Reajustes de tarifas de pedágio

Conforme o contrato de Concessão nº. CR/005/1998 assinado entre o Estado de São Paulo e a Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S/A (cláusula 27), a Companhia reajustou, no mês de julho de 2012, em 4,2617%, conforme variação acumulada do Índice Geral de Preços (IGPM) de maio de 2011 a maio de 2012. O próximo reajuste, previsto contratualmente, será no mês de julho de 2013.

1.4 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita bruta operacional

Receita bruta operacional (R\$ mil)	1ºT13	1ºT12	Var.%
Receita de pedágio	418.602	388.559	7,7%
Receitas acessórias	5.574	5.479	1,7%
Receita bruta operacional total	424.176	394.038	7,6%

Receita de construção

Receita bruta de construção (R\$ mil)	1ºT13	1ºT12	Var.%
Total	31.926	8.626	270,1%

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01, a Concessionária deverá reconhecer a receita e o custo de construção, de acordo com o CPC 17 – Contratos de Concessão. Para a CCR AutoBA, a receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

O 1T13 apresentou um alto volume de investimentos principalmente devido a implantação de marginais e faixas adicionais na Rodovia Anhanguera.

Receita líquida operacional

A receita líquida operacional do 1T13 ficou 7,6% superior em relação ao mesmo período do ano anterior, impactadas pelo reajuste da tarifa básica de pedágio.

As deduções sobre a receita operacional bruta, isto é, o recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual total é de 7,65% sobre a receita operacional bruta, aumentaram em 8,17% no 1T13, em relação ao 1T12, totalizando o valor de R\$ 32,5 milhões.

Comentário do Desempenho

Custos e despesas totais

Custos e despesas [R\$ mil]	1ºT13	1ºT12	Var.%
Custo de construção	31.926	8.626	270,1%
Provisão de manutenção	2.112	2.704	-21,9%
Depreciação e amortização	22.730	20.582	10,4%
Custo da outorga	48.535	46.579	4,2%
Serviços de terceiros	31.868	26.128	22,0%
Custo com pessoal	18.622	17.345	7,4%
Materiais, equipamentos e veículos	4.391	4.307	2,0%
Outros	12.724	9.790	30,0%
Custos e despesas totais	172.908	136.061	27,1%

Os custos e a despesas totais da Concessionária aumentaram 27,1% no 1T13, alcançando o valor de R\$ 172,9 milhões. Este aumento pode ser observado com maior destaque no custo de construção da Companhia, haja visto o alto volume de investimentos no 1T13 principalmente devido a implantação de marginais e faixas adicionais na Rodovia Anhanguera.

Custo de construção: Os custos de construção sofreram um aumento de R\$ 23,3 milhões no 1T13 comparado ao 1T12. Esta alteração está associada às necessidades da Companhia e ao cronograma de investimentos pactuado com o Poder Concedente. Conforme descrito acima, a Concessionária investiu fortemente no 1T13 em novas implantações, enquanto que no 1T12, a curva do cronograma foi num patamar menor.

Provisão de manutenção: A variação corresponde ao início (ou encerramento) da provisão de projetos, dentro do escopo da provisão de manutenção e da variação da curva de benefício econômico, decorrente do volume de tráfego da rodovia. Neste trimestre houve uma queda de 21,9%, em comparação com 1T12, associada à provisão de manutenções futuras.

Depreciação e amortização: Este item refere-se à transferência do ativo em andamento para o ativo definitivo, bem como a depreciação e amortização dos ativos tangíveis e intangíveis da Companhia.

Custo da outorga: Estes custos são impactados pelo crescimento da outorga variável, proporcional ao crescimento da receita operacional neste período, bem como, o reajuste da outorga fixa, tal qual ocorre concomitantemente às tarifas básicas de pedágio.

Serviços de terceiros: Neste grupo temos os itens de prestadores de serviços, assim como os custos diretos, sendo este último, referente aos valores envolvidos na conservação especial da rodovia, tais como estabilização de terraplenos, conservação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e túneis), obras de arte correntes (drenagem), entre outros. No 1T13 tivemos uma elevação de 22,0%, totalizando R\$ 5,7 milhões, as principais causas dessa elevação foram: 1) no 1T12, recebemos uma indenização de seguro de R\$ 2 milhões que reduziu nosso custo; 2) a curva dos custos diretos está maior no 1T13 (cerca de R\$ 4,7 milhões).

Custos com pessoal: Os valores do 1T13 estão 7,4% superiores ao 1T12, principalmente em razão do dissídio.

Comentário do Desempenho

Materiais, equipamentos e veículos: Os custos do 1T13 estão 2,0% superiores ao 1T12.

Outros: Os custos do 1T13 estão 30,0% superiores ao 1T12 devido principalmente à constituição de provisão para contingências.

EBITDA

Reconciliação EBITDA ajustado [R\$ MM]	1ºT13	1ºT12	Var.%
Lucro líquido	145,2	126,6	14,7%
(+) IR/CS	75,4	65,7	14,7%
(+) Resultado financeiro líquido	30,3	43,2	-29,9%
(+) Depreciação e amortização	22,7	20,6	10,4%
(+) Custos e despesas não caixa	3,3	3,9	-15,2%
EBITDA	276,9	260,0	6,5%
Margem EBITDA	70,7%	71,4%	-1,0%

EBIT

Reconciliação EBIT ajustado [R\$ MM]	1ºT13	1ºT12	Var.%
Lucro líquido	145,2	126,6	14,7%
(+) IR/CS	75,4	65,7	14,7%
(+) Resultado financeiro líquido	30,3	43,2	-29,9%
(+) Custos e despesas não caixa	3,3	3,9	-15,2%
EBIT	254,1	239,4	6,1%
Margem EBIT	64,9%	65,8%	-1,4%

Resultado financeiro líquido

Resultado financeiro líquido [R\$ MM]	1ºT13	1ºT12	Var.%
Despesas financeiras	31,7	48,2	-34,3%
Juros e variações monetárias	25,2	37,0	-31,8%
Juros sobre impostos parcelados	5,0	8,5	-41,0%
Outras despesas financeiras	1,4	2,7	-47,6%
Receitas financeiras	1,4	5,0	-71,8%
Rendimento sobre aplicações financ	1,4	5,0	-71,8%
Resultado financeiro líquido	30,3	43,2	-29,9%

O item de despesas financeiras no 1T13 está 34,3% inferior quando comparado ao 1T12, principalmente pela redução do CDI (média 10,03% a.a. no 1T12 X 6,98% a.a. no 1T13) e da Selic (média de 10,1% a.a. no 1T12 X 7,2% a.a. no 1T13), o primeiro indexador de aproximadamente 73,5% dos nossos financiamentos, o segundo, indexador de nosso parcelamento de impostos.

Comentário do Desempenho

Com relação ao item receitas financeiras, no 1T13 o valor foi 71,8% menor que o mesmo período do ano anterior por conta do saldo médio menor (R\$ 178,6 milhões no 1T12 X R\$ 56,8 milhões no 1T13).

2. Investimentos

A Concessionária mantém em dia os compromissos contratuais de investimento das rodovias no Sistema Anhanguera Bandeirantes.

3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Total de acidentes [un]	1ºT13	1ºT12	Var.%
Total de acidentes	1.712	1.805	-5,2%
Total de vítimas	941	1.028	-8,5%

A Diretoria.

Notas Explicativas

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

Trimestre findo em 31 de março de 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A. (“Companhia”) tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 1º de janeiro de 2027, a exploração do Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração de 316,8 km, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP.

Neste trimestre não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. Entre o fim do último exercício e o trimestre corrente, não ocorreram alterações substanciais no andamento dos processos divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, exceto o processo divulgado abaixo:

Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa nº 053.02.022800-0, movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Companhia e outros, visando à declaração de nulidade da Concorrência 007/CIC/97 e do correspondente Contrato de Concessão. Os Requeridos apresentaram defesa prévia nos termos da Lei 8.429/92. Em abril de 2011, o Juiz proferiu despacho rejeitando a defesa prévia da Companhia, na qual se defendia, entre outros argumentos, que a Companhia foi incluída posteriormente no polo passivo da ação, após ocorrida a prescrição do direito de ação conforme inciso I do artigo 23 da Lei de Improbidade (até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança). A Companhia opôs embargos de declaração contra essa decisão, que não acolheu a defesa prévia, que foram rejeitados em 29 de junho de 2012. A Companhia interpôs agravo de instrumento, cujo provimento foi negado em 20 de fevereiro de 2013. Aguarda-se a publicação de acórdão para a interposição de recursos aos Tribunais Superiores. A Companhia ainda não foi citada para contestar a ação.

Notas Explicativas

2 Apresentação das Informações Trimestrais (ITR)

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias, e aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas informações trimestrais devem ser lidas conjuntamente com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

As informações financeiras contidas nas informações trimestrais foram aprovadas pela Administração da Companhia em 8 de maio de 2013.

3 Principais práticas contábeis

Neste trimestre não ocorreram mudanças nas principais práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

4 Determinação dos valores justos

Neste trimestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5 Gerenciamento de riscos financeiros

Neste trimestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa e bancos	8.482	7.575
Aplicações financeiras	<u>77.686</u>	<u>33.325</u>
	<u>86.168</u>	<u>40.900</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 100,31% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, equivalente a 6,98% ao ano (8,31% ao ano em 31 de dezembro de 2012).

Notas Explicativas**7 Contas a receber**

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receitas acessórias	2.897	3.390
Pedágio eletrônico – outros	<u>5.599</u>	<u>4.913</u>
	8.496	8.303
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (*)	<u>(1.628)</u>	<u>(1.630)</u>
	<u>6.868</u>	<u>6.673</u>

Idade de vencimentos dos títulos em aberto

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Créditos a vencer	6.504	6.259
Créditos vencidos até 60 dias	323	302
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	41	112
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	73	80
Créditos vencidos há mais de 181 dias	<u>1.555</u>	<u>1.550</u>
	<u>8.496</u>	<u>8.303</u>

(*) É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias.

Notas Explicativas

8 Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	220.584	192.352
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(74.999)	(65.400)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(213)	(216)
Despesas com brindes e associações de classe	(55)	(126)
Despesas indedutíveis	(115)	-
Incentivos fiscais de dedução de imposto de renda	32	26
Outros ajustes tributários	<u>-</u>	<u>7</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(75.350)</u>	<u>(65.709)</u>
Impostos correntes	(72.173)	(60.597)
Impostos diferidos	(3.177)	(5.112)
Alíquota efetiva de impostos	<u>34%</u>	<u>34%</u>

Notas Explicativas

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	31/03/2013	31/12/2012
Bases ativas		
Depreciação fiscal de gastos com obras registradas como provisão de manutenção (a)	86.842	90.184
Depreciação de obras lançadas no custo (b)	33.543	31.358
Constituição da provisão de manutenção (c)	2.608	2.736
Depreciação e juros sobre leasing	587	526
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.032	766
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD)	554	554
Provisão para despesas com taxa de manutenção de TAGS	-	472
Ajuste valor presente contas a receber antecipado	241	-
Provisão de fornecedores a pagar	440	-
Custo da transação na emissão de títulos	275	285
Provisão para perda de investimentos	297	297
Provisão para contingências	1.619	423
	<u>128.038</u>	<u>127.601</u>
Bases passivas		
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) (d)	(166.598)	(163.518)
Custo de empréstimos capitalizados (e)	(55.408)	(54.980)
Pagamentos de juros e principal leasing	(935)	(829)
	<u>(222.941)</u>	<u>(219.327)</u>
Passivo diferido líquido	(94.903)	(91.726)

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

- (a) Diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo mas práticas contábeis – Lei nº. 11.638/07;
- (b) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do artigo do item “c” conforme práticas contábeis – Lei nº. 11.638/07;
- (c) Diferença temporária oriunda da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção nas práticas contábeis – Lei nº. 11.638/07;
- (d) Depreciação de ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil): trata-se de impostos decorrentes da diferença temporária entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como de melhorias nos termos das novas práticas contábeis;
- (e) Diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, nos termos das práticas contábeis – Lei nº. 11.638/07.

Notas Explicativas**9 Pagamentos antecipados relacionados à concessão**

	Início da concessão			
	31/03/2013	31/12/2012		
Circulante	<u>4.727</u>	<u>4.727</u>		
	Início da concessão		Extensão do prazo da concessão	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Não Circulante	<u>60.270</u>	<u>61.451</u>	<u>602.766</u>	<u>573.373</u>

A companhia efetuou pagamentos antecipados no início da concessão ou pré pagamento ao Poder Concedente, relativos a outorga fixa da concessão ou a indenização de contratos sub-rogados, tais antecipações foram registradas como ativo e estão sendo apropriadas ao resultado durante o período de concessão.

Para adequação do valor mensal dos custos com outorga fixa o qual o prazo de encerramento da concessão foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativada e será apropriada ao resultado no período de extensão da concessão.

Notas Explicativas

10 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, assim como as transações que influenciaram os resultados dos períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas.

	Transações			Saldos	
	Serviços Prestados	Receita	Aquisição de intangível	Ativo Contas a receber	Passivo Fornecedores e contas a pagar
Controladora					
CCR S.A - Divisão Actua (a)	4.908	-	-	118	1.537
Outras partes relacionadas					
Companhia de Participações em Concessões - Divisão Engelog (b)	8.442	-	-	178	2.641
Serveng - Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia. (c)	-	-	-	-	833
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (d)	-	-	-	1	-
Rodovias Integradas do Oeste S.A. (d)	-	-	-	2	24
SAMM – Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. (f)	-	211	-	-	529
CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. (e)	4.055	-	-	99.692	-
Total circulante, 31 de março de 2013	17.405	211	-	99.854	5.564
Total não circulante, 31 de março de 2013	-	-	-	137	-
Total, 31 de março de 2013	17.405	211	-	99.991	5.564
Total, 31 de dezembro de 2012				97.092	5.509
Total, 31 de março de 2012	14.088	-	329		

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração:

Remuneração à pagar (g)	31/03/2013	31/12/2012
	1.119	3.472

Despesas com profissionais chave da administração:

	31/03/2013	31/03/2012
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	610	312
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado	180	200
Previdência privada	76	37
Seguro de vida	3	1
	869	550

- Prestador exclusivo de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos ao Grupo CCR;
- Prestador exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção ao Grupo CCR;
- Refere-se a contrato de prestação de serviços de obras para manutenção e conservação da Rodovia;

Notas Explicativas

- d) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- e) Referem-se às receitas de pedágio eletrônico cobradas de usuários do Sistema Sem Parar, os quais serão repassados à Companhia no mês subsequente;
- f) Contrato para entrega futura de fibra óptica;
- g) Contempla valor total à pagar referente à remuneração fixa e variável atribuível aos membros da Administração: Conselho de Administração (somente remuneração fixa) e Diretoria.

11 Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	31/03/2013			31/12/2012		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	11	4.381	(2.305)	2.076	4.412	(2.265)	2.147
Máquinas e equipamentos	15	28.613	(16.652)	11.961	28.019	(16.110)	11.909
Veículos	20	17.346	(10.472)	6.874	17.455	(10.810)	6.645
Sistemas operacionais	13	137.162	(65.920)	71.242	115.922	(64.668)	51.254
Imobilizado em andamento	-	34.883	-	34.883	56.524	-	56.524
		<u>222.385</u>	<u>(95.349)</u>	<u>127.036</u>	<u>222.332</u>	<u>(93.853)</u>	<u>128.479</u>

As taxas de depreciação das classes de bens do ativo imobilizado estão condizentes com a vida útil estimada dos bens. Caso a vida útil ultrapasse o prazo da concessão, as taxas de depreciação consideram este prazo limite.

Movimentação do custo

	31/12/2012	31/03/2013			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (*)	Saldo final
Móveis e utensílios	4.412	-	(41)	10	4.381
Máquinas e equipamentos	28.019	-	(133)	727	28.613
Veículos	17.455	-	(818)	709	17.346
Sistemas operacionais	115.922	-	(1.802)	23.042	137.162
Imobilizado em andamento	56.524	3.254	-	(24.895)	34.883
	<u>222.332</u>	<u>3.254</u>	<u>(2.794)</u>	<u>(407)</u>	<u>222.385</u>

Movimento em 2012	31/12/2011	31/03/2012			
	<u>177.448</u>	<u>12.024</u>	<u>(1.586)</u>	<u>(902)</u>	<u>186.984</u>

(*) Reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível.

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 847 no período findo em 31 de março de 2013 (R\$ 1.187 no período findo em 31 de março de 2012).

Notas Explicativas**Movimentação da depreciação**

	31/12/2012	31/03/2013		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Móveis e utensílios	(2.265)	(76)	36	(2.305)
Máquinas e equipamentos	(16.110)	(614)	72	(16.652)
Veículos	(10.810)	(363)	701	(10.472)
Sistemas operacionais	(64.668)	(2.922)	1.670	(65.920)
	<u>(93.853)</u>	<u>(3.975)</u>	<u>2.479</u>	<u>(95.349)</u>
Movimento em 2012	31/12/2011	31/03/2012		
	<u>(87.373)</u>	<u>(3.422)</u>	<u>504</u>	<u>(90.291)</u>

(*) Reclassificações do ativo intangível para o imobilizado.

12 Ativo intangível

	Taxa média anual de amortização - %	31/03/2013			31/12/2012		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de exploração da infraestrutura (b)	(*)	2.352.162	(540.535)	1.811.627	2.317.704	(522.148)	1.795.556
Direitos de uso de sistemas informatizados	24	6.403	(3.847)	2.556	5.996	(3.666)	2.330
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	4.654	(2.547)	2.107	4.654	(2.360)	2.294
		<u>2.363.219</u>	<u>(546.929)</u>	<u>1.816.290</u>	<u>2.328.354</u>	<u>(528.174)</u>	<u>1.800.180</u>

(*) Amortização pela curva de benefício econômico esperado.

Movimentação do custo

	31/12/2012	31/03/2013			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (*)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura (b)	2.317.704	34.458	-	-	2.352.162
Direitos de uso de sistemas informatizados	5.996	-	-	407	6.403
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	4.654	-	-	-	4.654
	<u>2.328.354</u>	<u>34.458</u>	<u>-</u>	<u>407</u>	<u>2.363.219</u>
Movimento em 2012	31/12/2011	31/03/2012			
	<u>2.205.177</u>	<u>8.645</u>	<u>(30)</u>	<u>902</u>	<u>2.214.694</u>

Notas Explicativas

(*) Reclassificações do ativo intangível para o imobilizado.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 2.368 no período findo em 31 de março de 2013 (R\$ 619 no período findo em 31 de março de 2012). A taxa média mensal de capitalização no período findo em 31 de março de 2013 foi de 0,63% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,73% a.m. no período findo em 31 de março de 2012.

Movimentação da amortização

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/03/2013</u>		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura (b)	(522.148)	(18.387)	-	(540.535)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(3.666)	(181)	-	(3.847)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	<u>(2.360)</u>	<u>(187)</u>	<u>-</u>	<u>(2.547)</u>
	<u>(528.174)</u>	<u>(18.755)</u>	<u>-</u>	<u>(546.929)</u>
Movimento em 2012	<u>31/12/2011</u>	<u>31/03/2012</u>		
	<u>(451.537)</u>	<u>(17.160)</u>	<u>10</u>	<u>(468.687)</u>

(b) Do montante de R\$ 2.352.162 em 31 de março de 2013, R\$ 144.125 refere-se a intangível em fase de construção e não disponibilizado aos usuários.

Notas Explicativas**13 Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil**

Em moeda nacional	Taxas contratuais (% a.a.)	Taxa efetiva (% a.a.)	Saldos dos custos de transação a apropriar	Vencimento final		
					31/03/2013	31/12/2012
BNDES - FINEM III	TJLP + 2,12% a.a.	0,0531% (a)	144	Fevereiro de 2017	161.726	172.005 (b)
BNDES - FINEM IV	TJLP + 2,12% a.a.	N/I	-	Fevereiro de 2017	15.263	16.234 (b)
Bradesco S.A. (Finame)	TJLP + 1% a.a.	N/I	-	Outubro de 2014	223	271 (c)
Finame Alfa	7,7% a.a.	N/I	-	Julho de 2017	252	265 (c)
Banco Alfa S.A.	CDI + 1,5% a.a.	N/I	-	Outubro de 2013	278	503 (c)
Itaú Leasing S/A.	1,2321% a.m.	N/I	-	Maior de 2014	30	36 (c)
Bradesco S/A.	1,14% a.m.	N/I	-	Novembro de 2014	427	484 (c)
			144			
Total					178.199	189.798
Circulante						
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil					46.412	46.644
Custo de transação					(64)	(73)
Total					46.348	46.571
Não circulante						
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil					131.931	143.316
Custo de transação					(80)	(89)
Total					131.851	143.227

N/I – Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Seu método de cálculo está de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

Garantias:

- (b) Fiança bancária
- (c) Bens financiados

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>31/03/2013</u>
2014	34.090
2015	45.146
2016	45.146
2017	7.549
Total	131.931

Notas Explicativas

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e vêm sendo cumpridas regularmente.

Neste trimestre não houve a contratação de novas operações ou liquidações antecipadas de operações anteriormente divulgadas.

14 Debêntures

	Taxas Contratuais % a.a.	Custo efetivo % a.a.	Saldo de custos de transação a apropriar	Vencimento final	31/03/2013	31/12/2012
1a Emissão - Série 1	IGP-M + 10,65% a.a.	0,1636% (a)	31	Abril de 2014	24.931	53.304 (c)
1a Emissão - Série 2	IGP-M + 10,65% a.a.	0,1636% (a)	19	Outubro de 2013	31.361	30.306 (c)
4a Emissão - Série 1	109% do CDI	0,1084% (b)	4.245	Setembro de 2017	991.697	974.667 (d)
4a Emissão - Série 2	IPCA + 2,71%	0,0876% (b)	607	Outubro de 2017	140.888	136.409 (d)
Itaú BBA S.A. (Notas promissórias)	104,50% do CDI	0,0073% (b)	28	Maio de 2013	51.259	50.382 (d)
Total			4.930		<u>1.240.136</u>	<u>1.245.068</u>
Circulante						
Debêntures e notas promissórias					140.168	123.757
Custo da transação					<u>(1.379)</u>	<u>(1.276)</u>
Total					<u>138.789</u>	<u>122.481</u>
Não circulante						
Debêntures					1.104.898	1.126.570
Custo da transação					<u>(3.551)</u>	<u>(3.983)</u>
Total					<u>1.101.347</u>	<u>1.122.587</u>

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à Taxa Interna de Retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

(b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Garantias:

(c) Penhor de 55% das ações da Companhia e das contas bancárias e cessão da indenização e dos recebíveis.

(d) Não existem garantias.

Notas Explicativas**Cronograma de desembolsos (não circulante)**

	<u>31/03/2013</u>
2015	120.625
2016	482.500
2017	<u>501.773</u>
Total	<u><u>1.104.898</u></u>

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e vêm sendo cumpridas regularmente e não há conversão em ações.

Neste trimestre não houve contratação de novas operações.

15 Obrigações fiscais**a. Obrigações fiscais federais, estaduais e municipais – a recolher**

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
IRPJ e CSLL	42.225	100.394
ISS	8.161	8.090
COFINS	4.488	4.373
IRRF	126	170
PIS	972	948
INSS retido na fonte	861	1.024
PIS, COFINS e CSLL retidos na fonte	487	519
Outros (IPTU, CIDE, IOF)	<u>1</u>	<u>3</u>
	<u><u>57.321</u></u>	<u><u>115.521</u></u>

b. Impostos e contribuições parcelados

	<u>31/12/2012</u>		<u>31/03/2013</u>		
Parcelamento Lei nº. 11.941/09 (1)	Saldo Inicial	Atualizações	Pagamentos	Transferências	Total
Circulante	36.650	428	(8.556)	8.556	37.078
Não circulante	<u>364.820</u>	<u>4.612</u>		<u>(8.556)</u>	<u>360.876</u>
Total	<u><u>401.470</u></u>	<u><u>5.040</u></u>	<u><u>(8.556)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>397.954</u></u>

(1) Os impostos parcelados através da Lei nº. 11.941/09 foram homologados pela Receita Federal do Brasil em junho de 2011, para pagamento em até 180 parcelas, mensais, iguais e consecutivas, atualizadas mensalmente com base na taxa Selic. Os pagamentos iniciaram-se em junho de 2011 com as seguintes quantidades de parcelas:

Notas Explicativas

Com relação aos parcelamentos em aberto, não há:

- Parcelamentos sujeitos à liquidação com base na receita bruta e tampouco houve a amortização no período de parcelamentos sujeitos à liquidação com base neste critério.
- Utilização de créditos fiscais ou prejuízos fiscais para a compensação dos pagamentos dos parcelamentos.
- Bens arrolados ou outras garantias sobre os parcelamentos vinculados à Lei nº. 11.941/09.
- Nenhum risco associado e perda do regime especial de pagamento.

Durante o período de pagamento dos parcelamentos existe a obrigatoriedade de pagamento dos impostos da Companhia.

16 Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro a seguir, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos; (ii) análise das demnadas judiciais pendentes; e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/03/2013</u>		<u>Saldo final</u>
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	
Não circulante				
Cíveis	854	-	(542)	312
Trabalhistas e previdenciárias	388	694	(31)	1.051
Tributárias	-	3.400	-	3.400
	<u>1.242</u>	<u>4.094</u>	<u>(573)</u>	<u>4.763</u>
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/03/2012</u>		
Movimento em 2012	<u>625</u>	<u>627</u>	<u>(14)</u>	<u>1.238</u>

A Companhia possui outros processos passivos relativos a questões cíveis, trabalhistas e tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados a seguir, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tem em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Cíveis e administrativo	5.231	3.691
Trabalhistas e previdenciários	8.114	8.336
Tributárias	<u>34.443</u>	<u>27.117</u>
	<u>47.788</u>	<u>39.144</u>

Notas Explicativas

Além de efetuar depósitos judiciais, a Companhia contratou fianças bancárias no montante de R\$103.725 para os processos em andamento.

17 Provisão de manutenção

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/03/2013</u>			
	Saldo inicial	Constituição (reversão) de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Total
Circulante	7.443	199	158	(2.670)	5.130
Não circulante	603	1.913	24	-	2.540
	<u>8.046</u>	<u>2.112</u>	<u>182</u>	<u>(2.670)</u>	<u>7.670</u>
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/03/2012</u>			
Circulante	<u>59.966</u>	<u>2.704</u>	<u>2.093</u>	<u>(32.576)</u>	<u>32.187</u>

As taxas para cálculo do valor presente são equivalentes as taxas de mercado para os períodos a que se referem e estão demonstradas a seguir:

- Projetos com início de provisão até 2009: 14,75% ao ano.
- Projetos com início de provisão até 2010: 12,34% ao ano.
- Projetos com início de provisão até 2011: 12,62% ao ano.
- Projetos com início de provisão a partir de 2012: 8,20% ao ano.

18 Receitas

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Receita de pedágio	418.602	388.559
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	31.926	8.626
Receitas acessórias	<u>5.573</u>	<u>5.479</u>
Receitas brutas	456.101	402.664
Menos:		
Impostos sobre receitas	(32.493)	(30.049)
Ganhos na arrecadação	<u>-</u>	<u>73</u>
Total das receitas	<u>423.608</u>	<u>372.688</u>

Notas Explicativas

19 Resultado financeiro

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos, notas promissórias, debêntures e arrendamento mercantil	(24.688)	(37.989)
Juros sobre impostos parcelados	(5.040)	(8.542)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(182)	(2.093)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.218)	(582)
Variação monetária sobre debêntures	(3.768)	(816)
Juros sobre obrigações fiscais e sociais	(8)	(12)
Capitalização de custos dos empréstimos	3.215	1.806
	<u>(31.689)</u>	<u>(48.228)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.372	4.919
Variação monetária sobre debêntures	-	72
Juros e outras receitas financeiras	41	25
Descontos obtidos	4	1
	<u>1.417</u>	<u>5.017</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(30.272)</u>	<u>(43.211)</u>

20 Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e as premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas informações trimestrais da Companhia, conforme o quadro a seguir:

	<u>31/03/2013</u>			<u>31/12/2012</u>		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)
Ativos						
Aplicações financeiras	77.686	-	-	33.325	-	-
Contas a receber de clientes	-	6.868	-	-	6.673	-
Contas a receber - Partes relacionadas	-	99.991	-	-	97.092	-
Passivos						
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	(735)	-	-	(1.023)
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(177.464)	-	-	(188.775)
Debêntures e notas promissórias	-	-	(1.240.136)	-	-	(1.245.068)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(56.657)	-	-	(45.923)
Fornecedores - Partes relacionadas	-	-	(5.564)	-	-	(5.509)
Total	<u>77.686</u>	<u>106.859</u>	<u>(1.480.556)</u>	<u>33.325</u>	<u>103.765</u>	<u>(1.486.298)</u>

(a) Valores líquidos do custo de transação

Notas Explicativas

Neste período não ocorreram mudanças nos métodos e premissas adotados na determinação do valor justo em relação aos divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de notas promissórias e debêntures pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	31/03/2013		31/12/2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures e Notas Promissórias (*)	1.245.066	1.267.473	1.250.327	1.279.080

(*) Valores brutos dos custos de transação

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo qualificados no nível 2, correspondentes à aplicações financeiras de curto prazo, nos valores de R\$ 77.686 em 31 de março de 2013, (R\$ 33.325 em 31 de dezembro de 2012).

Análise de sensibilidade

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475, apresentamos no quadro a seguir, os valores nominais referentes aos juros e variações monetárias para os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de até 31 de março de 2014. Os valores correspondem aos efeitos calculados para um período de 12 meses a partir da data dessas informações trimestrais ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro. Os cálculos foram efetuados com base na posição em aberto de cada operação, na data dessas informações trimestrais, não levando em consideração eventuais vencimentos intermediários. As taxas definidas para o cenário provável foram adicionadas, nos cenários A e B dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, definidos na referida Instrução.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Não foram calculados valores de sensibilidade para os contratos indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (Empréstimos do BNDES e Finames), uma vez que a TJLP, por ser uma taxa de longo prazo e administrada pelo Governo Federal, não está sujeita a variações relevantes de curto prazo e, portanto, não oferece riscos relevantes de elevação no contexto das operações da Companhia.

A seguir estão demonstrados os valores nominais referentes aos juros e variações monetárias sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas:

Notas Explicativas

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (4)	Efeito no resultado em R\$		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures	Aumento do IGP-M	Outubro de 2013	31.361	(4.375)	(4.688)	(4.999)
Debêntures	Aumento do IGP-M	Abril de 2014	24.931	(4.905)	(5.464)	(6.023)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2017	141.495	(14.124)	(16.122)	(18.576)
Debêntures	Aumento do CDI	Setembro de 2017	995.942	(76.647)	(95.884)	(115.150)
Notas Promissórias	Aumento do CDI	Maio de 2013	51.287	(434)	(539)	(642)
Total do efeito de perda				<u>(100.485)</u>	<u>(122.697)</u>	<u>(145.390)</u>

As taxas de juros consideradas foram:

CDI	7,01% (1)	8,76%	10,52%
IGP-M	8,06% (2)	10,07%	12,08%
IPCA-A	6,73% (3)	8,41%	10,09%

Abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(1) Refere-se a taxa de 28/03/2013, divulgada pela CETIP.

(2) Refere-se a variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pela Anbima.

(3) Refere-se a variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

(4) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 28/03/2013 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

Além dos índices variáveis demonstrados no quadro anterior, parte dos contratos possui taxas fixas (spreads), as quais estão consideradas nos cálculos.

21 Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2013, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia estão resumidas conforme a seguir:

- Riscos de Engenharia – Ampliação e melhoramentos, cobertura por obra – R\$ 67.792;
- Risco de Engenharia – Conservação e manutenção – R\$ 25.000;
- Riscos Patrimoniais / Operacionais – R\$ 71.000;
- Responsabilidade Civil – R\$ 86.000;
- Perda de receita – R\$ 148.407.

Além disso, a Companhia possui um seguro garantia de R\$ 367.305, cobrindo riscos relativos às obrigações previstas no contrato de concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente.

Veículos: Cobertura para danos materiais e pessoais de R\$ 83.500 (R\$ 500 por veículo), para danos morais de R\$ 13.583 (R\$ 81 por veículo), para equipamentos R\$ 3.200 (R\$ 100 por veículo) e para acessórios R\$ 83 (R\$ 3 por veículo).

Notas Explicativas

22 Compromissos vinculados ao contrato de concessão

a) Decorrente do direito de outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base no valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	<u>Valor nominal</u>		<u>Valor presente</u>	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Outorga fixa a pagar	1.304.375	1.366.390	1.152.858	1.200.636

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Esses compromissos atualizados até 31 de março de 2013 estavam assim distribuídos:

	Valor Nominal	Valor Presente
2013	192.449	188.586
2014	256.598	240.950
2015	256.598	229.476
2016	256.598	218.549
2017	256.598	208.142
Após 2017	<u>85.534</u>	<u>57.155</u>
	<u><u>1.304.375</u></u>	<u><u>1.152.858</u></u>

O Cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para e emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

No decorrer do período foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 56.720 referente ao direito de outorga fixa (R\$ 55.655 em 31 de março de 2012).

A Autoban está retendo 8,26% de cada uma das 86 (oitenta e seis) parcelas restanteso ônus fixo, período de março de 2011 e abril de 2018, autorizada pelo Termo Aditivo Modificativo n°. 24, de abril de 2011, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras a serem realizadas.

b) Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, correspondente a 3% da receita bruta efetivamente obtida mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. O compromisso, em 31 de março de 2013 era de R\$ 4.482 (R\$ 4.349 em 31 de dezembro de 2012).

Notas Explicativas

c) Compromisso com o Poder Concedente

A Companhia assumiu o compromisso de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente. Em 31 de março de 2013, esses compromissos de investimentos estavam estimados em R\$ 917.899 (R\$ 1.148.884 em 31 de dezembro de 2012), a serem realizados até o final do prazo da concessão.

d) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

De acordo com o Termo Aditivo Modificativo nº. 16/06, a partir de maio de 2007 até o final da Concessão, a diferença de 2% para 3% referente à majoração da alíquota da COFINS sobre os fatos geradores ocorridos a partir de abril de 2007 e recolhida pela Companhia, será descontada mensalmente do direito de outorga fixo da Concessão, recompondo o equilíbrio-financeiro do contrato, uma vez que não foi considerada a incidência dessa contribuição nas projeções financeiras que serviram de base à adjudicação do objeto da licitação.

23 Plano de previdência privada (contribuição definida)

Os montantes reconhecidos como despesas no período findo em 31 de março de 2013 e 2012, relativo ao plano de previdência privada (contribuição definida) estão demonstrados abaixo:

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Plano de previdência privada (contribuição definida)	169	105

Notas Explicativas

Composição do Conselho de Administração

Antônio Linhares da Cunha	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Ítalo Roppa	Conselheiro
José Braz Cioffi	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
Marcus Rodrigo de Senna	Conselheiro
Paulo Yukio Fukuzaki	Conselheiro
Renato Alves Vale	Conselheiro

Composição da Diretoria

Maurício Soares Vasconcellos	Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Roberto Siriani de Oliveira	Diretor Operacional

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452-03

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A.
Jundiaí - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed

by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros, e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de maio de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

José Roberto P. Carneiro
Contador
CRC nº 1 SP 109447/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR e com as demonstrações financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2013.

Jundiaí, 08 de maio de 2013.

MAURÍCIO SOARES VASCONCELLOS
Diretor Presidente e de Relação com Investidores

ROBERTO SIRIANI DE OLIVEIRA
Diretor Operacional

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR e com as demonstrações financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2013.

Jundiaí, 08 de maio de 2013.

MAURÍCIO SOARES VASCONCELLOS
Diretor Presidente e de Relação com Investidores

ROBERTO SIRIANI DE OLIVEIRA
Diretor Operacional